



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

Ata N.º 05/2025
(8ª do Mandato - 2023/2027)

Ata da Reunião do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP - CRAO

Datas: 19 de dezembro de 2025 (sexta-feira)

Local: Videoconferência (Zoom)

Presentes:

- ✓ Carlos Rui Pires Marcelo, Conselheiro efetivo do CCP (Círculo da China) e Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP;
- ✓ Sara Freitas Fernandes, Conselheira efetiva do CCP (Círculo da Austrália - Melbourne);
- ✓ Marília Gomes Coelho Coutinho, Conselheira efetiva do CCP (Círculo da China);
- ✓ Rita Botelho dos Santos, Conselheira efetiva do CCP (Círculo da China)

Ausentes:

- ✓ Filipe Martins da Silva, Conselheiro efetivo do CCP (Círculo de Timor-Leste);

No dia 19 de dezembro de 2025, pelas 18:00 horas, hora de Macau e Perth e 19:00 horas em Timor-Leste, realizou-se a quinta reunião do ano 2025 (8ª do Mandato - 2023/2027) do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, por videoconferência.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rui Marcelo, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na quinta reunião do CRAO, do ano de 2025, tendo também sido aprovada por unanimidade a seguinte agenda de trabalhos:

2. Assuntos em Discussão

- 2.1 - *Aprovação da Ata N.º 04/2025, (7ª do Mandato - 2023/2027), por videoconferência;*
- 2.2 - *Visita a PT – outubro de 2025: Resumo sobre participação na reunião presencial do CP do CCP (13-16 outubro de 2025) e Informação sobre a última reunião do CP-CCP, realizada por videoconferência, no dia 8 de novembro de 2025;*
- 2.3 - *Reuniões das Secções Locais e Orçamento para 2026;*
- 2.4 - *Cronograma das Reuniões das Estruturas do CCP / 2026. Reunião Presencial do CRAO;*
- 2.5 - *Alteração do Logotipo do CCP;*
- 2.6 - *Actualização das Actividades do CRAO e Questões Relativas às Comissões Temáticas.*



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

2.1 Aprovação da Ata N.º 04/2025, (7ª do Mandato - 2023/2027), por videoconferência

A Ata da Reunião realizada por videoconferência a 23 de setembro de 2025 foi apresentada a todos os membros do Conselho Regional da Ásia e Oceânia do CCP. Após a leitura, os membros foram convidados a emitir comentários e sugestões. Não tendo sido registadas quaisquer objeções ou propostas de retificação, a ata foi aprovada por unanimidade, pelos membros presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e da Secretária, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada ao Conselho Permanente do CCP, para efeitos de publicação.

2.2 Visita a PT – outubro de 2025: Resumo sobre participação na reunião presencial do CP do CCP (13-16 outubro de 2025) e Informação sobre a última reunião do CP-CCP, realizada por videoconferência, no dia 8 de novembro de 2025

O presidente procedeu à apresentação de um resumo alargado dos principais assuntos tratados durante a reunião presencial do Conselho Permanente, que decorreu entre os dias 13 e 16 de outubro de 2025. A exposição incidiu sobre os seguintes pontos:

- **Evento preparatório (13 de outubro de 2025):** Realizado nas instalações da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o evento contou com uma expressiva participação e teve como tema central “O reconhecimento e a valorização das comunidades portuguesas no estrangeiro”. A organização esteve a cargo do Conselho das Comunidades Portuguesas em colaboração com a Sociedade Histórica, tendo o painel de debate sido moderado pela jornalista Paula Machado. O principal objetivo consistiu em promover uma reflexão aprofundada sobre o papel, o valor e o futuro das comunidades portuguesas dispersas pelo mundo, reforçando o diálogo, por vezes difícil, entre a sociedade civil e as instituições de matriz portuguesa.
- **Reuniões na Assembleia da República (14–16 de outubro de 2025):** Ao longo destes três dias, realizaram-se diversos encontros no hemiciclo parlamentar, onde foram debatidos temas considerados prioritários para as comunidades portuguesas no exterior. Foi reforçado o diálogo entre o Conselho e os representantes parlamentares, tendo igualmente sido realizadas reuniões com várias entidades governamentais e organismos públicos, com vista a apresentar preocupações e propostas concretas.
- **Orçamento 2025:** Apresentou-se a informação relativa ao orçamento aprovado para o exercício de 2025, no valor total de 420 mil euros, o qual representa uma redução face aos 500 mil euros inicialmente solicitados. Deste montante, encontram-se cativados 105 mil euros. Durante as discussões em Portugal, foi realçada a necessidade de assegurar a utilização integral do orçamento disponível, evitando a subutilização de verbas registada em anos anteriores, de modo a poder satisfazer, dentro do possível, algumas das necessidades inicialmente previstas no plano financeiro mais ambicioso.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

- **Questões Eleitorais:** Foram abordadas questões relacionadas com a representação eleitoral da diáspora, nomeadamente a sobre-representação de certas regiões e a reduzida representação parlamentar face à dimensão da comunidade portuguesa no estrangeiro. Discutiu-se também a próxima eleição presidencial, com particular enfoque na eventual realização de uma segunda volta, prevista para fevereiro de 2026. Salientou-se a dificuldade logística e temporal que a organização de uma segunda volta representa para a participação dos eleitores residentes no estrangeiro, uma vez que o curto intervalo entre as duas voltas não permite a preparação e distribuição dos materiais eleitorais, nem a mobilização dos meios necessários para assegurar o exercício do voto de forma eficaz.
- **Ensino do Português no Estrangeiro:** Este tema, de reconhecida importância estratégica, que foi também objeto de debate tanto no Conselho Permanente como no âmbito do CRAO, tendo sido realçada a necessidade de continuar a acompanhar de perto a sua evolução e de defender mecanismos que garantam a qualidade e a acessibilidade do ensino da língua portuguesa nas diferentes geografias.
- **Processos Consulares e Administrativos:** Foram expressas sérias preocupações relativamente aos numerosos processos pendentes no Instituto dos Registos e Notariado, em especial nas áreas da nacionalidade e do registo de nascimento. Referiu-se a existência de cerca de 600 mil processos por resolver em Portugal, agravada pela saída de pessoal experiente e pela necessária adaptação dos novos funcionários. Esta situação tem provocado constrangimentos significativos às comunidades, sendo essencial continuar a pressionar no sentido de uma maior celeridade e eficiência na tramitação dos processos.
- **Programas Regressar e Voltar:** Foi feita referência à intenção de lançar um novo programa designado “Voltar”, cujos contornos específicos ainda não foram oficialmente publicados. Vários conselheiros presentes na reunião manifestaram reservas quanto a uma eventual alteração do âmbito do programa, defendendo que o mesmo deveria manter o seu foco original na atração de talentos e qualificações para Portugal, podendo ser criado um instrumento específico e separado para apoiar os reformados que desejem regressar ao país. Foi sublinhado que a sobrecarga burocrática e a mistura de objetivos poderão diminuir a eficácia e a atratividade do programa.
- **Decisões aprovadas pelo Conselho Permanente:**
 - **Alteração do logótipo do CCP:** Foi aprovada uma nova imagem gráfica para o Conselho, que entrará em vigor a partir de 2026, após validação pela Comissão Nacional de Eleições.
 - **Registo da marca “Conselho das Comunidades Portuguesas”:** Decidiu-se avançar com o registo legal da marca, com o objetivo de evitar confusões e sobreposições com outras entidades que utilizem denominações semelhantes em diversos países.
 - **Autonomia das secções locais:** As secções locais passam a dispor de maior flexibilidade para organizar actividades ao longo de todo o ano, dentro dos respectivos orçamentos, deixando de estar limitadas aos meses de novembro e dezembro. Esta medida visa facilitar o planeamento e a execução de iniciativas adaptadas às realidades locais.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

- **Criação de e-mail institucional:** Será implementado um endereço de correio electrónico institucional para cada conselheiro, seguindo o formato nome@ccp.pt. Esta medida permitirá centralizar a comunicação oficial e constituir um arquivo histórico digital, assegurando a preservação da informação e a continuidade institucional independentemente da renovação dos mandatos.
- **Reforço do diálogo com as comunidades:** Foi salientada a importância de manter e aprofundar os canais de diálogo entre as comunidades e as instituições, com especial atenção aos jovens, de modo a compreender melhor as suas expectativas e anseios, e a delinear estratégias que favoreçam o seu envolvimento e participação.

2.3 Reuniões das Secções Locais e Orçamento para 2026

As reuniões das secções locais e o orçamento para 2026 foram tratados como um ponto integrado da agenda, evidenciando a ligação entre planeamento operacional e sustentabilidade financeira. A discussão revelou uma evolução significativa no modo de funcionamento das estruturas locais do Conselho das Comunidades Portuguesas, assente num novo equilíbrio entre autonomia e responsabilização.

Relativamente ao funcionamento das secções locais, foi estabelecido que, a partir de 2026, estas passam a gozar de maior liberdade na organização das suas atividades. Contrariamente aos dois anos anteriores, em que as ações se concentravam essencialmente nos meses de novembro e dezembro, as secções locais poderão agora realizar mais do que uma iniciativa ao longo de todo o ano, em qualquer período considerado adequado à realidade de cada comunidade. Esta flexibilidade de calendário representa um importante avanço, permitindo uma planificação mais estratégica e uma resposta mais eficaz às necessidades específicas de cada território.

No entanto, esta autonomia alargada está associada a um rigoroso procedimento de comunicação e autorização prévia. Qualquer atividade planeada deve ser formalmente comunicada com uma antecedência mínima de quarenta dias, sendo a informação dirigida à Presidência da respetiva secção local, à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, com cópia obrigatória para o Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Este mecanismo assegura a necessária coordenação, transparência e controlo orçamental, garantindo que as iniciativas se alinham com as orientações estratégicas do Conselho e que dispõem do devido enquadramento financeiro e político.

No capítulo financeiro, foi apresentado e analisado o orçamento aprovado para 2026, que resulta de um processo negocial complexo no âmbito do Conselho Permanente. Embora o pedido inicial ascendesse a quinhentos mil euros, a dotação final aprovada foi de quatrocentos e vinte mil euros, dos quais cento e cinco mil euros se encontram cativados.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

Durante as reuniões em Portugal, a delegação do Conselho defendeu com insistência perante o SECP e o Diretor-Geral dos Assuntos Consulares, a necessidade de uma utilização global e flexível deste montante, de modo a satisfazer as necessidades mais prementes da organização. Foi alcançado um entendimento que permite otimizar os recursos disponíveis, superando a tendência de subutilização registada em anos anteriores e assegurando a capacidade operacional do Conselho num ano considerado particularmente importante.

Em síntese, este ponto da agenda consolidou um novo modelo de funcionamento para as secções locais, mais autónomo, mas também mais responsável, e estabeleceu as bases financeiras para a ação do Conselho em 2026. A combinação entre flexibilidade operacional, controlo procedimental e gestão otimizada dos recursos, complementada pela expectativa de um relacionamento institucional mais próximo com a liderança da DGACCP, configura um quadro propício ao reforço da intervenção do Conselho das Comunidades Portuguesas junto das suas comunidades, particularmente na região da Ásia e Oceânia.

2.4 Cronograma das Reuniões das Estruturas do CCP / 2026. Reunião Presencial do CRAO

O ponto quarto da agenda foi dedicado à apresentação e discussão do cronograma de atividades das diversas estruturas do Conselho das Comunidades Portuguesas para o ano de 2026, com especial ênfase na organização da reunião presencial do Conselho Regional da Ásia e Oceânia. Esta planificação reflete uma intenção clara de institucionalizar e dar maior regularidade aos trabalhos do Conselho, assegurando uma sequência lógica de encontros que vão desde a preparação regional até à tomada de decisões a nível central.

No que respeita às reuniões dos Conselhos Regionais, foi confirmado que estas devem decorrer entre 20 de fevereiro e 15 de abril de 2026, de acordo com as diretrizes previamente estabelecidas. A cada Conselho Regional cabe a responsabilidade de definir a data concreta e o local do seu encontro, devendo essa informação ser comunicada aos órgãos competentes, nomeadamente ao Gabinete do SECP e à DGACCP, para as devidas autorizações e cabimentos orçamentais. Este período concentrado de reuniões regionais visa criar uma base de trabalho consolidada e representativa das várias geografias, preparando os contributos que depois serão levados a nível nacional.

A seguir, estão calendarizadas as reuniões das Comissões Temáticas, previstas para os dias 26 e 27 de maio de 2026, a ter lugar em Lisboa. Estas reuniões assumem particular importância, pois constituem o fórum especializado onde se aprofundam os grandes eixos temáticos da ação do Conselho, como as questões eleitorais, o ensino da língua portuguesa ou os programas de apoio ao regresso. O seu timing, após os encontros regionais, permite que os debates sejam alimentados pelas realidades e prioridades identificadas no terreno pelas diferentes secções.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

As reuniões presenciais do Conselho Permanente estão agendadas para os dias 6, 7 e 8 de julho de 2026, também em Lisboa. Este encontro, que reúne os representantes de todos os conselhos regionais, tem um carácter deliberativo fundamental, servindo para sintetizar os trabalhos desenvolvidos ao longo do primeiro semestre, tomar decisões estratégicas e aprovar recomendações e posições oficiais do Conselho. A sua realização em meados do ano permite ainda um balanço intercalar e um reajuste de prioridades para o segundo semestre.

No centro do debate para o CRAO esteve, naturalmente, a organização da sua própria reunião presencial, planeada para março de 2026, na cidade de Pequim. O presidente detalhou os passos necessários para a sua concretização, que passam pelo envio atempado de um ofício à Embaixada de Portugal em Pequim, solicitando a autorização formal para a utilização das suas instalações. Foi realçada a importância de seguir o procedimento correto, obtendo primeiro a autorização superior junto do SECP, que depois a transmitirá ao Embaixador, assegurando assim o devido encaminhamento institucional. Uma incógnita levantada prende-se com a possibilidade de o novo Embaixador em Pequim já se encontrar em funções na data da reunião, dado que o processo de mudança pode demorar até seis meses. Rui Marcelo comprometeu-se a verificar esta situação.

Para otimizar a preparação desta reunião, foi proposta a elaboração de um esboço de programa, seguindo uma abordagem semelhante à utilizada no ano anterior. Este esboço, a ser submetido aos conselheiros ainda durante o mês de janeiro ou, no mais tardar, em fevereiro de 2026, servirá de base para a recolha de contributos. O objetivo é chegar a um programa final consensual até meados de fevereiro, apesar da complexidade acrescida trazida pela celebração do Ano Novo Chinês, que condiciona a disponibilidade de alguns participantes. Paralelamente, e com o intuito de conferir maior regularidade e previsibilidade aos trabalhos do CRAO ao longo de todo o ano, o presidente propôs a criação de um calendário de reuniões virtuais periódicas, com uma cadência de 45 dias. Este calendário, a ser desenvolvido e distribuído brevemente, permitirá uma monitorização contínua dos assuntos, uma melhor preparação dos pontos de agenda e uma maior articulação entre os membros, evitando que o contacto se limite aos momentos presenciais.

Finalmente, foi ainda abordada, no contexto da organização da reunião de Pequim, uma visão prospetiva para 2027. A conselheira representante da Austrália, Sara Fernandes, mencionou que começará a planear com bastante antecedência, a reunião presencial do CRAO desse ano, para que possa ter lugar em Camberra, capital da Austrália. Esta proposta assenta na vantagem logística desta cidade concentrar as representações diplomáticas, incluindo a Embaixada de Portugal, facilitando o acesso e a organização. A ideia é que, para além da reunião interna, se possam articular encontros com a embaixada brasileira e outras entidades, conferindo à deslocação dos conselheiros uma dimensão não apenas institucional, mas também de promoção de contactos e oportunidades de cariz comercial e cultural, maximizando assim o proveito da deslocação à região.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

Em resumo, o ponto quarto delineou um ano de 2026 intenso e bem estruturado para o CCP, com uma sequência clara de reuniões desde o nível regional até ao permanente. Para o CRAO, definiu-se o caminho para a sua reunião presencial em Pequim, com todos os procedimentos formais e logísticos a serem ativados, e lançou-se a semente para uma dinâmica de trabalho mais regular através de reuniões virtuais periódicas, assegurando a continuidade e a eficácia da ação do Conselho Regional ao longo de todo o ano.

2.5 Alteração do Logotipo do CCP

A alteração do logotipo do Conselho das Comunidades Portuguesas foi referida como uma decisão já tomada e aprovada no âmbito das reuniões do Conselho Permanente, representando um passo significativo na renovação da identidade visual da instituição. Esta mudança, mais do que uma simples atualização gráfica, enquadra-se numa estratégia mais ampla de reforço da imagem institucional, clarificação da sua marca perante outras entidades e afirmação de uma identidade moderna e coesa perante as comunidades portuguesas dispersas pelo mundo.

Rui Marcelo informou que a proposta de um novo logótipo foi submetida à apreciação da Comissão Nacional de Eleições, tendo obtido a necessária aprovação deste órgão regulador. Esta validação assegura a conformidade legal e formal da nova imagem, permitindo que o Conselho prossiga com a sua implementação oficial. Está definido que a transição para o novo logótipo ocorrerá a partir do ano de 2026, marcando simbolicamente um novo ciclo na comunicação visual da organização.

A decisão de proceder a esta alteração não surge isolada. Foi explicitado que está intimamente ligada a um outro propósito estratégico: o registo formal da marca "Conselho das Comunidades Portuguesas". Esta iniciativa decorre da constatação prática de que, em vários países, existem outras entidades ou estruturas que utilizam denominações semelhantes, o que tem gerado, por vezes, confusão na opinião pública e sobreposição na percepção das atividades desenvolvidas. A existência de múltiplos "conselhos" com nomes parecidos dilui a identidade única do CCP enquanto órgão consultivo oficial do Governo Português, podendo criar ruído na comunicação e dificuldades no reconhecimento da sua autoridade e âmbito de ação.

Portanto, a criação de um novo logótipo está interligada com o processo de registo de marca. Juntos, estes elementos visam criar um sinal distintivo forte, legalmente protegido e imediatamente reconhecível, que permita diferenciar claramente o CCP de qualquer outra organização. O novo símbolo gráfico deverá, assim, incorporar e transmitir os valores da instituição – representatividade, diálogo, ligação à pátria e serviço à diáspora. A implementação planeada para 2026 antecipa que a transição será preparada ao longo dos primeiros meses do ano, envolvendo a atualização de todos os canais e materiais existentes.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA

2.6 Actualização das Actividades do CRAO e Questões Relativas às Comissões Temáticas

Este último ponto da reunião abordou dois aspetos centrais para o funcionamento do Conselho Regional: o balanço das atividades realizadas e a preparação para o envolvimento nas comissões temáticas do CCP.

Ficou acordado que o Presidente do CRAO irá proceder a uma revisão das atividades do CRAO reportadas até 19 de junho de 2025, solicitando a todos os conselheiros que enviem contributos atualizados sobre as iniciativas desenvolvidas nas suas respetivas áreas de representação, como Austrália, Timor-Leste e Macau/China. Esta atualização permitirá mapear o trabalho realizado, identificar sinergias e preparar um relatório consolidado para apresentação numa futura reunião.

Quanto às comissões temáticas, reconheceu-se a necessidade de uma discussão mais aprofundada, pelo que este assunto ficou formalmente agendado para a próxima sessão do CRAO. A discussão futura deverá focar-se no modo como os membros do Conselho Regional podem participar mais ativamente no trabalho destas comissões especializadas, assegurando que as prioridades e especificidades da região Ásia-Oceânia sejam adequadamente refletidas nos debates nacionais sobre temas como assuntos eleitorais, ensino da língua portuguesa, questões consulares e económicas.

Em síntese, este ponto estabeleceu os procedimentos para a prestação de contas sobre as atividades passadas e preparou o terreno para um envolvimento estratégico do CRAO nas estruturas temáticas centrais do CCP.

3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do CRAO seria realizada na primeira data a propor para o primeiro semestre de 2026, que será partilhada com os membros no início de janeiro de 2026.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 19:00 (hora de Macau) do dia 19 de dezembro de 2025, pelo presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rui Marcelo, que agradeceu a colaboração de todos os membros do CRAO.

Esta ata foi lavrada pela Conselheira Marília Coutinho e será assinada por todos os Conselheiros do CRAO na próxima reunião presencial.



**CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
CONSELHO REGIONAL DA ÁSIA E OCEÂNIA**

Macau, aos 19 de dezembro de 2025

A Mesa do Conselho Regional da Ásia e Oceânia

Carlos Rui Pires Marcelo (Círculo da China) – Presidente

Marília Gomes Coelho Coutinho (Círculo da China) - Secretária